

ISFEAC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

NOÇÕES ELEMENTARES DE ÉTICA

VIVIANE MARIA SOUSA MARCELO
FORTALEZA, 21 DE SETEMBRO DE 1998.

BSFEAL

VIVIANE MARIA SOUSA MARCELO

NOÇÕES ELEMENTARES DE ÉTICA

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO
DIPLOMA DE BACHAREL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA – 1998.

Essa monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do diploma de bacharel em Ciências Contábeis outorgado pela Universidade Federal do Ceará

MONOGRAFIA APROVADA EM 24 / 09 / 98 COM A NOTA: 9,0
(NOVE)

VIVIANE MARIA SOUSA MARCELO

JOSÉ MARIANO NETO

9,0 (nove)

ARMANDO CÉSAR FEITOSA

9,0

OSÓRIO CAVALCANTE ARAÚJO

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a **DEUS** que esteve presente em todos os momentos da minha vida. Sem ele eu jamais teria alcançado meu objetivo.

À **MARCIO BERNARDINE**, meu namorado, que foi de fundamental importância para que eu conseguisse chegar até aqui, me apoiando e compartilhando comigo todas as dificuldades e conquistas.

Aos meus **PAIS e meus irmãos** que me incentivaram à realização desse trabalho, ao meu orientador, prof. **MARIANO NETO**, pelo tempo despendido e por acreditar na minha capacidade de desenvolvê-lo e aos meus **AMIGOS** que tanto torceram e acreditaram no meu sucesso.

Enfim, a todos que tiveram paciência nesse momento atribulado da minha vida e me ajudaram a superá-lo direta ou indiretamente, chegando ao fim com a certeza do trabalho cumprido.

4.3.	HOMOSSEXUALISMO	31
	CAPÍTULO V.	
5.	ESTUDO DE CASO	33
5.1.	O CASO	33
5.2.	ASPECTO ÉTICO E QUESTÕES PARA DISCUSSÃO	33
5.2.1.	DO PONTO DE VISTA DO CONTADOR	34
5.2.2.	DO PONTO DE VISTA DO EMPRESÁRIO	35
5.2.3.	DO PONTO DE VISTA DO FISCAL	36
	CONCLUSÃO	37
	BIBLIOGRAFIA	39

INTRODUÇÃO

Iremos, no decorrer desse trabalho, tratar de alguns valores básicos que irão nortear quanto ao que se espera de uma pessoa no decorrer de sua vida. A título de estudo separou-se o tema em tópicos, mas é importante ressaltar que todos os aspectos da ética estão interligados. Afinal, seria impossível, por exemplo, cultivar uma ética profissional sem que a sua ética pessoal esteja definida.

Apesar de abordar alguns aspectos da ética, é impossível esgotar o que há para ser dito dela. Afinal, é um assunto muito amplo, que possui muitas variações e uma larga lista de questões para debate. Para qualquer que seja a direção para a qual voltemos o nosso olhar ou pensamento, sempre nos deparamos com situações conflitivas de toda ordem.

Veja bem, partindo da ética como ciência, “seu objetivo é composto de juízos formados pela aprovação ou não de condutas humanas, estudadas sob o prisma de seus efeitos” – A. Lopes de Sá.

Como as condutas humanas são assumidas em virtude de uma consciência, tudo que estiver relacionado com a mente de uma pessoa e que influenciar na hora de tomar decisões, interessa ao estudo da Ética.

O fundamento da ética é a busca do bem, e o bem está ligado aos costumes, mas os costumes variam de acordo com a época, o local e as tradições de um povo. Na verdade, a ética visa o que é bom para o homem, mas o bom, assim como o bem e o belo, é relativo, ou seja, cada homem elege o seu valor.

Sócrates - o mais famoso filósofo da Grécia antiga - achava que o problema da ética era o maior problema da filosofia. Indo mais além, diria-se que ela é um dos maiores problemas de todo mundo, pois impõe uma constante reflexão do ser para uma adequada vivência dos seus valores básicos.

Valores esses, aliás, que serão abordados no primeiro capítulo, com o intuito de mostrar o mínimo de valores que se é necessário para que um ser possa conviver com outro.

No segundo capítulo abordaremos os valores profissionais, que serão abordados de uma maneira geral, pois algumas profissões têm conotações próprias que escapam ao grande público.

Assim como a ética profissional e a pessoal, é importante que se reavalie a ética nos negócios, tentando entender seus dilemas e procurando a melhor maneira de estruturá-la dentro de uma empresa, sem esquecer o aspecto do lucro. Esse assunto será explorado no terceiro capítulo e a ética aqui será apresentada como um meio melhor da empresa atingir seus objetivos.

Será exposto o confronto entre ética e religião em diversos assuntos que são comumente discutidos, para que se possa observar que, às vezes, uma mesma pessoa, submetida à convivência de vários grupos, poderá se questionar sobre qual o correto a fazer e que posição assumir. Um debate entre dois “gigantes” como a fé que move o ser e os valores em que ele acredita, não podia passar despercebido quando se fala em ética, por isso esse será o assunto do nosso quarto capítulo.

Os assuntos serão abordados de forma clara e, sempre que possível, citando exemplos para que se possa visualizar a forma de como as coisas acontecem e como melhor proceder na resolução de seus dilemas. É esse, aliás, o objetivo principal do estudo de caso que será mostrado no quinto capítulo, provar que os dilemas éticos estão presentes à toda hora na nossa vida e que não podemos evitá-los e sim resolvê-los da melhor maneira possível.

CAPÍTULO I

1. ÉTICA PESSOAL

1.1. ÉTICA: HERANÇA GENÉTICA OU FRUTO DO AMBIENTE ?

Antigamente, acreditava-se que o ser humano já nasceria bem ou mal conforme sua herança genética. A ciência não aceita esse argumento (seria ilógico), entretanto, sabe-se que conhecimentos adquiridos nos primeiros anos de vida não irão sempre influenciar pensamentos e atitudes.

Deve-se, portanto, aproveitar essa fase de mente aberta do ser humano e incentivar-lhe as virtudes e os princípios éticos, educando o ser na moral e nos bons costumes.

1.2. CONSCIÊNCIA ÉTICA

A consciência é algo muito pessoal e individual que aprova ou condena os atos do ser humano, através da autocrítica, conforme eles vão sendo executados.

É importante ressaltar que o ambiente muito influencia nessa consciência, sendo, portanto normal para um ser que foi criado no meio da violência a agressão física, enquanto para outro que foi criado em um meio que se baseia no respeito ao próximo, a violência física é inadmissível.

Para que possa julgar é preciso que ela tenha sido formada e parametrizada e esteja em plena atividade. Isso é feito por forma de ensinamentos, influências do ambiente, etc. Afinal, como dizer que uma atitude é correta ou não se não tivermos definido em nossa mente o que é certo e o que é errado ?!

Os conceitos de certo ou errado são muito relativos, o que para uns parece

normal e correto, como por exemplo o poder pela usurpação, para outros já não é. Mas, no geral não pode ser considerado correto qualquer atitude que resulte no prejuízo de alguém e que seja motivado por razões perniciosas.

Ou seja, atitude ética é aquela decorrente de uma ação que esteja de acordo com quem a está praticando e que não resulte em desagrado da comunidade em que este ser está inserido.

Então a atitude para ser considerada realmente ética precisa ser julgada por nós mesmos e também por terceiros. Sendo aceita por ambos é que podemos considera-la uma atitude ética.

É necessário ressaltar que, poderão surgir discrepâncias entre o que nós consideramos correto e o que uma comunidade em que convivemos considera.

Por exemplo, uma norma de um código de ética profissional pode contrariar o pensamento individual de um membro dessa classe.

Existe também a possibilidade de se agir de acordo com uma norma e contrariar outra. Por exemplo: O contador deve manter sigilo sobre as informações do cliente, isso é o que se espera dele e o que o código profissional defende, mas o governo diz que o contador deve denunciar o contribuinte que não está em dia com as obrigações fiscais. Para o Estado, o contador que não faz isso está agindo errado, já para o cliente está absolutamente correto.

Mas, nesse caso, o contador deve proteger a quem requereu os seus serviços e confiou nele. Atender ao Estado seria como não dar direito de defesa a um criminoso em que o advogado sabe que é culpado.

É justo uma pessoa não poder justificar-se perante a sociedade e defender o que acredita? A liberdade de expressão e o direito de defesa de cada um dizem que não. Perante a Lei, qualquer pessoa é inocente até que se prove o contrário.

Sabe-se ainda que a consciência ética pode sofrer a influência de sentimentos ocasionais como: tristeza, raiva, dor, etc., assim como podem ser aceitas posições irracionais motivadas por doutrinas religiosas, preconceitos, etc.

Portanto, além de julgar o certo e errado pelo que é aceito por nós e pela sociedade em que convivemos deve-se analisar se essa posição não está sendo influenciada por nenhuma emoção ou sofrimento a ponto de agirmos contra a Ética.

1.3. VIRTUDE ÉTICA

A conduta virtuosa é aquela na qual se age sem produzir malefícios a si mesmo ou à alguém.

Através da educação aprendemos os padrões de virtude aceitos pela comunidade em que vivemos.

A Ética depende da virtude, já que não podemos falar em agir eticamente sem que exista uma disciplina comportamental de grupos, e essa disciplina nos é mostrada, como já foi dito, quando aprendemos os padrões de virtude aceitos pela sociedade.

Profissionalmente falando, a conduta virtuosa consagra os profissionais, pois como confiar nos serviços de um profissional sem que saiba que é praticante de atos virtuosos ?!

A virtude torna-se então tão essencial que alguns a praticam por necessidade e não por acreditarem nela. Isso é explicado perfeitamente na fase do Marquês de Vannanagues (francês) que disse: “A utilidade da virtude é tão manifesta que os maus a praticam por interesse”.

É certo que dentro de cada um exista virtudes e defeitos que são utilizados conforme o caráter do ser. Sendo o caráter a individualidade do ser perante a perfeição e que rege as suas ações.

O caráter identifica o ser, e quando esse caráter puder ser considerado virtuoso, possivelmente também o será ético.

1.4. DEVER ÉTICO

Entenda-se por dever ético o que a nossa consciência ética nos obriga a cumprir, ou seja, é o mínimo que se espera da conduta de um ser na sua convivência com terceiros (segundo a sua consciência).

Essa conduta é ditada:

- pelo próprio ser, que usa sua intuição;

- pelo ambiente que o cerca, através da educação que ele recebe; e
- pelos códigos e leis que regem essa comunidade. (o que é geralmente aceito por ela).

Normalmente, esse dever é tão inculcado na mente do ser, que ele procura sempre, de uma forma natural, fazer da virtude uma característica da sua personalidade.

Quando se usa o normalmente, é com o intuito de generalizar, porque para um ser que foi criado em um ambiente diferente, hostil e de costumes deturpados, a tendência é que ele não possua sensibilidade para com o dever e a ética.

Como o mais comum e esperado é a atitude virtuosa, a falta de cumprimento do dever tende a ser punida, pois é encarada como uma transgressão. Essa punição pode vir da comunidade (no sentido da parte pessoal), da Lei, da classe profissional e até mesmo do próprio ser humano que, através da sua autocrítica, não concordará com a sua ação.

Esses vários aspectos da punição foram relacionados, porque julgam os atos por diferentes aspectos, podendo uma mesma ação ser observada sob vários pontos de vista. Por exemplo, o erro de um contador pode ser julgado por sua classe profissional e pela sua autocrítica.

Essas análises são independentes e não devem ser confundidas, pois como já foi dito anteriormente, analisam o ocorrido sob diferentes aspectos.

Normalmente quando se fala em dever, imagina-se algo imposto à alguém, mas no caso do dever ético quando a educação para o bem se consolida na mente das pessoas passa a ser algo natural.

Ou seja, um ser bem formado, que tenha tido uma orientação adequada no lar, na escola e etc., considerando uma normal e de boa índole, tenderá à atitudes éticas.

É bom lembrar que é realmente preciso aliar a personalidade à educação, pois até mesmo uma boa pessoa se for criada em um ambiente "vicioso"(que não é considerado sadio) poderá (veja bem, poderá e não será) se tornar uma criatura praticante de atos antiéticos e insensível ao dever.

Por isso, é necessária uma educação profissional pois é inadmissível que

uma profissão não tenha normas de conduta ética e não seja freqüentemente reciclada. Reciclar aqui, entenda-se por aperfeiçoar. Até mesmo grandes profissionais precisam estar constantemente se aperfeiçoando.

Falamos do dever que não é considerado imposto pois surge de uma forma absolutamente natural, mas nem sempre é assim.

Às vezes, surgem discrepâncias entre o que achamos correto e o que se espera que seja feito. Surge, então, a idéia do dever cumprido única e exclusivamente por obrigação. Caracteriza-se aí o conflito entre a consciência e a Lei.

Veja bem, deve-se então trabalhar com tudo conjuntamente: sensibilidade, racionalidade, intuição e etc. para que se possa ter uma conduta ética.

1.5. VONTADE ÉTICA: INSTINTO E REFLEXO

A vontade ética é, basicamente falando, derivada da consciência ética, pois ato de vontade é aquele em que se age de acordo com o que se acredita e o que se quer fazer.

Às vezes, não dá nem tempo de pensar realmente no assunto e já se toma uma atitude. A isso se dá o nome de vontade reflexa.

Ou seja, vontade reflexa é aquela em que se age sem que haja maiores raciocínios, de uma forma quase mecânica e geralmente uniforme mediante determinadas situações.

Um bom exemplo disso é o profissional de contabilidade (o bom profissional), que jamais se refere a assuntos de clientes seus na presença de pessoas que não têm e nem precisam ter conhecimento e envolvimento desses e com esses assuntos.

Pode existir também situações em que não se tenha uma opinião formada sobre o assunto e tem-se que agir baseado no instinto. Daí, podemos dizer que, às vezes, atos reflexos são baseados no instinto do ser.

É claro que se a pessoa tem uma boa consciência ética, o que se espera dela

é que tenha também instinto ético.

Mas, a vontade ética não é determinada somente pelo inconsciente, ela é formada pela junção do consciente com o inconsciente além da determinação da comunidade em que se convive.

O ser ético além de tudo, tem que ter personalidade firme para não se deixar influenciar por posições errôneas do seu grupo. Às vezes, comunidades encaram fatos da vida de uma forma tão radical que, sem querer, agem contra a ética.

É preciso também que o ser consiga evoluir junto com o resto do mundo, pois atos justos e certos agora poderão, num futuro próximo, parecer atrocidades.

1.6. O SER HUMANO E SUA CONDOTA PERANTE SUA COMUNIDADE

Podemos definir uma comunidade como pessoas que possuem características semelhantes e que tenham um objetivo comum.

Para se conseguir esse objetivo comum é necessário que o trabalho seja devido em partes e executado por pessoas ou grupos sempre preservando o interesse da comunidade.

É, seria fácil se o ser humano não tivesse uma tendência natural a defender primeiro os seus próprios interesses. Mas, será que isso pode ser considerado errado, tomando por base a sociedade competitiva em que vivemos?!

Infelizmente, os grupos atuais já não têm mais tanta lealdade e espírito comunitário como os que (nos parece) existiam antigamente.

Atenuando essa posição "egoísta" pode-se dizer que ela só é seriamente prejudicial quando para conseguir o seu objetivo prejudica-se terceiros.

Por ser bastante complexa essa relação entre os interesses próprios e os de grupo é que se necessita de normas e regulamentos e tudo o mais que possa definir a conduta ideal entre as pessoas (no sentido pessoal e profissional) para que assim sejam evitados conflitos.

Esse acompanhamento das relações conduzirá (ou tentará conduzir) a uma consciência de grupo e garantirá a liberdade de cada profissional até o ponto em

que passe a prejudicar terceiros.

Tem uma frase muito conhecida popularmente que diz “O seu direito termina quando começa o do próximo”, e é mais ou menos assim que os grupos são orientados a agir.

Assim, os códigos de ética ditados por conselhos profissionais e agremiações classistas funcionam como agentes da tutela do trabalho, pois para que se consiga atingir os interesses de uma classe, é preciso que esteja adepto às normas que, deverão estar apoiadas em princípios de virtude.

Voltemos agora ao 2º parágrafo desse item quando é citado a divisão do trabalho em partes. Essas partes seriam justamente as classes sociais.

A integração de um ser em uma classe social seguindo seu código de ética e suas normas de conduta mostram a evolução do ser e sua aprimoração para viver na comunidade.

As classes profissionais reúnem pessoas que têm uma mesma especialização e conhecimento necessários à execução de uma tarefa.

Essas classes surgiram, pode-se dizer, de uma seleção natural através da especialização do ser em uma profissão.

Especialização esta que definiu realmente o contabilista separando esta classe em técnico e contador. Antigamente, o profissional de contabilidade fazia as vezes de economista, administrador e etc.

Bem, toda classe profissional necessita de um instrumento regulador que surge da disposição de estabelecer linhas éticas ideais para o convívio em classe.

A execução da profissão conforme esse instrumento regulador, o código de ética profissional, é controlada por órgãos de fiscalização.

Esses órgãos executam esse trabalho, mas vale a pena ressaltar que tem que ser interesse de toda a classe o cumprimento do código de ética que rege a sua profissão.

É preciso disciplinar para poder conviver, é ditada então a conduta esperada de um profissional para que se possa evitar conflitos e até mesmo denegrir o bom nome de uma profissão.

CAPÍTULO II.**2. ÉTICA PROFISSIONAL**

Aqui, quando se mencionar profissão, entenda-se por sua definição “Trabalho que se pratica com habitualidade a serviço de terceiros” – A. Lopes.

Quando a profissão exercida for escolhida por ser o que realmente a pessoa deseja praticar, a maior probabilidade é que se satisfaça através dela.

A tendência é o ser humano sentir-se gratificado quando trabalha no que gosta e desse trabalho tira o sustento para si e para sua família. Ele sente-se útil a sociedade e é como se estivesse cumprindo o seu papel.

A profissão do homem é o seu trabalho cotidiano, seu meio de vida e é a sua participação ativa na comunidade que convive.

Para uns, ter uma profissão significa “ter” mais, para os outros: “ser” mais. Quando a profissão escolhida é aquela que a pessoa realmente deseja, a probabilidade do ser realizar-se através do trabalho que executa, aumenta, ele pode “ter” mais “sendo” mais.

Para que a profissão seja sempre dignificante é necessário que haja respeito com todos no exercício de suas ocupações, é um direito dos seres e que devemos resguardar.

Com o intuito de orientar os seres na sua conduta profissional é que surgem as normas de ética e os códigos de ética profissional de cada categoria que irão nortear todas as pessoas inseridas na comunidade, conscientizando-as dos seus direitos e obrigações.

Veja bem, o exercer de uma profissão deve produzir benefícios a quem pratica e a quem recebe o fruto do trabalho.

Por isso, quando um profissional for oferecer seus trabalhos, deve mostrar o melhor de si para convencer o seu provável cliente que o seu serviço é o melhor e que um contrato entre ambos somente produzirá benefícios às partes interessadas.

Para que o cliente possa se convencer disso, é necessário que o profissional tenha cumprido alguns deveres básicos como:

- Escolha da profissão condizente com o que se deseja – “a escolha da profissão implica o dever do conhecimento e o dever do conhecimento implica o dever da execução adequada” – A. Lopes de Sá – é necessário que se goste do trabalho realizado pois uma vez escolhida a profissão, espera-se o máximo de dedicação e conhecimento para uma execução perfeita.

Essa perfeição só será alcançada se houver muito estudo, dedicação e harmonia entre o que somos e o que vamos realizar. Por isso é tão importante que a escolha da sua profissão seja baseada na sua vocação.

- Deve-se conhecer a profissão e a tarefa - é obrigação do profissional conhecer bem a profissão e as tarefas que dela decorrem, sabendo executá-las da melhor maneira possível.
- Conhecer os seus limites - um bom profissional jamais deve aceitar um cargo que ele saiba não ter condições de exercer. Os trabalhos executados sem pleno conhecimento podem causar sérios danos.

Do mesmo modo que a execução com falta de conhecimento, também é falta de ética a não execução por negligência.

Ou seja, o profissional tem que conhecer bem a profissão e tudo que a envolve – inclusive estar constantemente se reciclando e se colocando a par de outras informações que estão sempre surgindo – e colocar em prática todo o conhecimento teórico adequado.

É dever de quem executa o trabalho usar de todos os recursos existentes e possíveis para a situação para atender o seu cliente. Quando isso não ocorre está caracterizado o delito tanto perante a Lei quanto perante a ética.

É essencial também para conquistar um cliente e exercer bem a sua profissão, que o profissional possua virtudes, que aja de acordo com o esperado. Cada profissão tem suas peculiaridades, mas algumas virtudes são consideradas básicas para exercer qualquer profissão. Vejamos algumas:

2.1. ZELO DO INÍCIO AO FIM

O profissional deve realizar o seu trabalho buscando a perfeição, pois é este que irá representá-lo quando não estiver perto.

Se alguém se depara com um trabalho bem feito, quer logo saber quem o executou e aí surge um possível novo cliente. Do mesmo modo se o profissional realiza o seu trabalho e este não agrada ao cliente, pode-se ter certeza que ele será alvo de uma anti-propaganda e poderá ter perdido bons clientes.

Sabendo que pelo seu trabalho será medida a sua qualidade profissional, cabe ao ser refletir sobre a frase de Marco Aurélio (imperador romano) que diz “O homem comum é exigente com os outros; o homem superior é exigente consigo mesmo” e executar com zelo tudo o que faz, se cobrar qualidade.

É importante ressaltar que o cliente quando requisita um trabalho, está acreditando que ele será realizado da melhor maneira, se isso não for feito, está-se traindo a confiança depositada no profissional.

Dever do profissional é portanto saber quando pode aceitar um trabalho. Se duvidar da sua capacidade de executar determinado trabalho, ou se achar que não pode fazê-lo perfeito, o profissional deve recusar tal encargo.

O zelo, portanto, é exigido a partir do aceite do trabalho e deve ser praticado durante todo ele, terminando somente essa obrigação quando da entrega do mesmo. As vezes, nem após o trabalho tendo sido entregue acaba o dever do zelo, pois é necessário prestar assessoria ao cliente.

Com o objetivo de cortar conflitos é que as partes devem fazer um contrato, um acordo tácito ou expresso no qual ficará declarado o que se espera de ambos e quais seus direitos. A elaboração de um contrato demonstra uma atitude zelosa do profissional com o cliente evidenciando que não quer enganá-lo quanto a seus serviços e produtos e o que se pode esperar dele. Ao mesmo tempo ele assegura o direito de receber o valor combinado mediante o serviço prestado.

O zelo deve existir para com o cliente independente da importância deste cliente. Tenha ele a importância que tiver merece do profissional: atenção, responsabilidade, eficácia, etc.

Veja bem, ocasionalmente, o trabalho é executado por uma equipe. Cabe ao supervisor ter o zelo de saber como e a quem delegar obrigações. O responsável pelo serviço tem o dever de verificar se há alguma tarefa que está sendo executada por alguém que não tem condições de fazê-lo.

Ao aceitar um trabalho, portanto, cabe ao profissional ter atitude zelosa do início ao fim de sua execução, demonstrando interesse em resolvê-lo da melhor maneira possível, usando todos os recursos que estejam disponíveis, atribuindo tarefas somente a que tem capacidade e experiência para executá-las, respeitando e enfim tudo que o cliente espera que se faça.

2.2. A INDISCUTÍVEL VIRTUDE BÁSICA: HONESTIDADE

• Ser honesto significa indubitavelmente ter respeito à confiança depositada no profissional pelo cliente, ou seja, agir de acordo com o esperado, com lealdade e sinceridade.

O desonesto poderia, então, ser considerado um traidor, pois ele não foi digno da confiança nele depositada e foi contra a algum direito do cliente.

A transgressão pode prejudicar e muito, por isso é importante que o profissional respeite os direitos de quem o está contratando, lhe sendo fiel. Até porque, quem contrataria os serviços de alguém que já tivesse faltado com honestidade com outro?!

Se o cliente toma conhecimento de uma ação dessa, o primeiro pensamento acerca desse profissional passa a ser “se fez com ele pode fazer comigo”. E aí pode-se ter certeza que ganhará um forte contratempo à sua carreira: a anti-propaganda.

Do mesmo modo que ele não aceitará os serviços desse profissional, também não indicará para outros, podendo até mesmo induzir pessoas a não aceitarem seus serviços.

Portanto, às vezes, lucros e posições obtidos desonestamente poderão trazer muitas complicações à vida de um profissional e, com certeza, lhe custarão muito

profissão, garante a ele confiabilidade por parte dos clientes e segurança de que é a pessoa certa para o trabalho.

É importante saber que, o que lhe for confiado jamais deve ser revelado, a não ser que seja a pedido de seu cliente. Vale a pena ressaltar que a Lei civil brasileira protege o sigilo profissional podendo serem omitidos fatos e informações obtidos no exercício de sua profissão.

Revelar um sigilo pode causar muitos danos: empresas podem perder o lançamento de um produto novo; veículos de informação podem perder a exclusividade de uma notícia; a revelação de uma tática empresarial pode fazer com que o empresário perca a confiança de seus clientes, etc.

Imperdoável será se além da quebra de sigilo, for descoberto que isso foi feito de uma forma intencional de prejudicar. Algumas pessoas são conhecidas por venderem informações obtidas por modos escusos. É crime.

Em uma relação profissional é imprescindível que o cliente confie no profissional e no fato de que ele guardará sigilo de todas as informações que tiver acesso, pois se isso não acontecer, o profissional receberá informações truncadas e não poderá realizar seu trabalho com perfeição.

Portanto, para o exercício de uma profissão, o sigilo é característica básica.

2.4. COMPETÊNCIA: IMPRESCINDÍVEL AO BOM PROFISSIONAL

Ser competente significa executar uma determinada tarefa de maneira eficaz. Melhor ainda se além de com eficácia a tarefa for realizada com eficiência.

É de bom tom ressaltar que eficácia é atingir um objetivo e eficiência é atingir o objetivo desejado utilizando a melhor maneira possível.

Torna-se óbvio que as pessoas procurarão profissionais competentes para lhes entregar seus pedidos. Cabe ao profissional mostrar que tem competência para executá-lo.

Isso pode ser demonstrado claramente através da qualidade dos serviços apresentados. Para realizar bons serviços, deve-se estar a par de avanços na sua

área (tecnologia, técnica, etc.) e dedicar-se ao objetivo de ser o melhor que puder.

Se não for para fazer com dedicação ou não se tenha conhecimento suficiente para executar o trabalho, é melhor não aceitá-lo. Erros por falta de experiência ou conhecimento causam tantos problemas quanto mentiras e quebra de sigilo.

Aliás, é bom ressaltar que essas características estão interligadas e praticamente inexistem sozinhas. Como falar em sigilo sem falar em honestidade e confiança?!. Como se dizer competente sem ser honesto no que se está realizando?! Prometer e não cumprir, por exemplo, é desonesto, falso e é também incompetência.

Deve-se portanto ser límpido quando tratar com o cliente e deixar bem claro o que será realizado, de que maneira será feito e se comprometer com o serviço para executá-lo da melhor forma possível.

Quando o objetivo do trabalho não é alcançado, podemos dizer que isso não aconteceu por culpa ou dolo. Sendo:

- ◆ Dolo - segundo o código penal “é doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo”. Ou seja, a pessoa não fez por pura má fé ou então sabia que podia dar errado e mesmo assim resolveu fazê-lo.
- ◆ Culpa - Ainda conforme o código penal “é culposo quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia”. Nesse caso, apesar do profissional não desejar que o objetivo da meta não fosse atingido, ele contribuiu para isso, seja por qualquer uma das três formas descritas no código penal.

Aliás, é bom deixar claro o que significa cada uma dessas três formas. São elas:

⇒ *imprudência* - Prudência é quando se age com moderação e comedimento, buscando evitar tudo o que se acredita possa ocasionar erro ou dano. A imprudência vai de encontro a tudo isso. Profissionalmente falando, significa que o profissional age sem se importar com o que pode acontecer, agindo por impulso e sem medir as conseqüências, com insensatez.

⇒ *Negligência* - O profissional é negligente quando age com desleixo, preguiça, menosprezo, enfim sem dar ao fato a devida importância e sem tomar todas as precauções necessárias. Faz parte de uma expressão muito conhecida na área de saúde que é a “negligência médica”, que se caracteriza quando o paciente não teve a atenção necessária por parte do médico.

⇒ *Imperícia* - É quando o profissional não age de maneira correta por lhe faltar competência, habilidade ou até mesmo experiência. É o caso, por exemplo, dos casos em que se faz necessário a presença de especialistas, pois outras pessoas que possuam um conhecimento geral não serão capazes de executar o trabalho, que necessita que conhecimentos mais aprofundados. Ou até mesmo de especialistas que ainda não tenham experiência suficiente para agir com destreza quando se precisa.

Fica claro, então, que não só é errado agir com a intenção de prejudicar, como também agir com descaso aceitando um trabalho que não se tem condições de executar. Para não cair no que o código penal enquadra como crime culposos ou dolosos, é preciso, então, agir com seriedade, cautela, sinceridade, dedicação e tudo o mais que for justo para com ambas as partes, profissional e cliente.

CAPÍTULO III.

3. ÉTICA NAS EMPRESAS

3.1. POR QUE A ÉTICA AGORA?

Atualmente os códigos de conduta são a norma e não a exceção, há grandes empresas que estão patrocinando programas de ética, muitas outras empresas estão encorajando a conduta ética entre seus empregados, mas por que isso agora?!

Existem vários motivos plausíveis para uma tendência a ética. Por exemplo, quando um escândalo de grandes proporções vem a tona, normalmente é seguido de: multas, desestímulo a funcionários, perda da credibilidade junto aos clientes, estímulo à fraude interna, dentre outros.

Podemos citar três vantagens valiosas, que são:

- ◆ para o indivíduo - porque a integração entre a moralidade particular e a solução de problemas gerenciais dá a perspectiva de alcançar o desejo profundo que a maioria das pessoas tem pelo auto-respeito;
- ◆ para a empresa - a ética dá acesso a um modo de fazer negócios que tem muito a ver com os valores que a empresa alega ter. Essa consistência descarta a necessidade de conseguir, através de uma estratégia de marketing, que a empresa tenha uma imagem convincente que é melhor que seus valores reais. A consequência disso será uma melhora nos padrões de conduta;
- ◆ para a comunidade - uma ética empresarial integrada cria um meio de fazer negócio que oferece uma contribuição maior para o bem estar geral. Uma empresa bem sucedida que também seja honesta, justa e cumpridora da Lei é, normalmente, mais benéfica do que uma que cria riqueza através da falsidade, da

fraude, burlando as leis do país.

Nem sempre é fácil, isso é certo, mas os profissionais têm que agir com integridade em todos os aspectos de sua vida. Entenda-se por integridade a capacidade de manter junto uma infinidade de valores importantes e, no caso, aplicá-los à sua vida pessoal e profissional.

3.2. COMO APLICAR A ÉTICA NAS EMPRESAS

Para começar, deve-se definir a base da ética na empresa, da qual farão parte: as leis que deverão ser cumpridas; os valores humanos necessários para evitar problemas de relacionamento; a reparação voluntária de danos causados; o quanto o bem estar próprio vem antes do interesse da empresa ou de outras pessoas, não importando se elas estão dentro ou fora da empresa; e quaisquer outras informações que se julgue necessárias para ajudar na implantação de uma conduta ética.

Veja bem, essa base não poderá ser definida utilizando-se somente o instinto, pois o instinto de todos não se baseia no mesmo conjunto de valores e opções, e tende a perder seu poder à medida que um indivíduo integra-se ao sistema de valores de uma organização.

Também não pode ser baseada simplesmente em uma lista de “não”, não aceite isso, não faça aquilo, etc., pois normalmente as pessoas encontram uma forma de contornar uma proibição direta.

Para que se possa abordar questões éticas, o melhor é estabelecer um conjunto, amplo e explícito, de padrões éticos (e não somente proibições), que dirão respeito ao objetivo da empresa e os meios pelo qual devem ser alcançados.

É claro que existem valores básicos que deverão ser adotados (foram apresentados alguns nos capítulos anteriores), mas na lista desses fatores indispensáveis e comuns à maioria das pessoas, os dez mais citados foram: honestidade, integridade, credibilidade, respeito pelos outros, respeito próprio, família, realização, confiabilidade, justiça e lealdade.

Depois de estabelecidos os padrões, deverá existir a figura de um líder que inspirará esse pensamento no resto da empresa. Para conseguir isso, o líder deve ter no mínimo quatro qualidades básicas que são:

1. *Habilidade para reconhecer e articular a ética de um problema* - tem que haver uma sensibilidade moral para enxergar os problemas éticos, porque eles podem ser facilmente confundidos com problemas de marketing, administração, etc.
2. *Coragem pessoal para não racionalizar a má ética* - Cabe ao líder dar o exemplo e punir as “escorregadelas” éticas. Quando uma ação errada é encoberta, a tendência é que os empregados fiquem ansiosos e passíveis de tomarem as piores decisões.
3. *Respeito inato pelos outros* - O bom administrador tem que saber se colocar no lugar dos outros e passar bem longe da imagem de servir o próprio interesse. Assim ele conseguirá passar segurança e honestidade para seus funcionários.
4. *O valor pessoal derivado do comportamento ético* - O líder ético deve saber colocar o seu próprio senso de integridade pessoal. Deve tomar o caminho ético não porque ele traz dinheiro, ou porque faz sentido sob o ponto de vista moral de uma empresa, deve seguir esse caminho por saber que ele é o certo.

Após a escolha do líder, precisa-se de um cuidado especial para que a empresa não adote a “ética do interesse próprio” que repousa na suposição de que o egoísmo desenfreado é um estado natural e não imoral, e na crença que o homem tem uma capacidade que baseia seu raciocínio em um cálculo de vantagem própria.

Os principais problemas do modelo do interesse próprio são:

- * falta de integração de fundamentos éticos nas decisões gerenciais; e
- * tendência a centralizar tudo sobre si mesmo, causando insensibilidade ao mercado, relações ruins com os empregados, fracasso para sustentar normas éticas básicas, etc.

O modelo que melhor atende às necessidades éticas, é o chamado “solução dos problemas empresariais”, que encoraja:

- ◇ *a integração de uma faixa completa de normas éticas e de decisões dirigidas aos negócios* – essa integração não é fácil nem na teoria, pois por diversas vezes

foram atribuídos significados morais opostos a valores éticos e dinheiro, mas se você assume isso, fecha a porta para o comportamento empresarial ético. O idealismo moral é um aspecto essencial da liderança em um campo onde os dilemas éticos são difíceis e exigem romper as alternativas entre a ética e o lucro;

- ◇ *uma tendência psicológica que vá além da centralização pessoal e empresarial sobre si mesmo para motivar a atenção aos outros* – Uma ética convencional não apenas respeita as necessidades das outras pessoas, mas considera-as como o primeiro propósito do pensamento empresarial. Não é uma ética desinteressada nem interessada em si própria, define-se uma ética de benefício mútuo; e
- ◇ *a capacidade de motivar decisões de negócios pragmáticas e sólidas do ponto de vista da saúde da organização e do sucesso econômico* – O administrador deve se concentrar não na maneira como os concorrentes tiram o lucro da empresa, mas em como eles servem ao cliente, e aí poderão ter uma grande vantagem competitiva.

Adotando essas medidas em substituição às do modelo anterior, a probabilidade de que uma empresa faça, realmente, a coisa certa pelas razões certas fica enormemente ampliada, pois ao contrário da *Ética do Interesse Próprio*, que vê o julgamento empresarial através da lente da eficiência e da ética, a *Ética convencional* vê o julgamento através da lente do relacionamento.

Muitos tipos de atividades de negócios podem ser analisados através dessa lente. Um serviço que forneça valor capacita o cliente a melhor atender a suas necessidades. Mesmo o produto mais trivial estabelece um relacionamento entre produtor, vendedor e cliente.

A idéia de avaliar os problemas e medir o sucesso em termos dos relacionamentos pode parecer revolucionária e “*soft*” face às pressões do lucro. Mas, no mercado atual de clientes e investidores volúveis, de avanços tecnológicos explosivos e de concorrentes sempre novos, os produtos e os relatórios de resultado precisam de uma base relativamente segura que é o relacionamento que se estabelece com os outros.

Embora a importância dos relacionamentos nos negócios seja óbvia, a falta do raciocínio de relacionamento em tantas declarações de propósito estratégico ou em avaliações de problemas, é forte indicador de que muitos administradores devem ficar mais atentos à relevância dos bons relacionamentos. As tentativas de estabelecer altos padrões éticos de conduta também devem cultivar um forte senso de relacionamento para trazer para o mercado os padrões éticos.

3.3. PROBLEMAS EMPRESARIAIS ÉTICOS

A maior parte das falhas de consciência gerencial classifica-se em dois tipos diferentes de categorias. São eles:

1. *Dilema Agudo* - são situações em que você não sabe qual é a coisa certa ou errada a fazer. Não importa por quanto tempo se pense em uma questão desse tipo, nunca haverá um padrão definitivo. A ética, porém, pode fornecer uma base e padrões morais para enquadrar e medir as opções envolvidas.
2. *A Racionalização Aguda* - são situações em que você sabe o que é o certo, mas deixa de fazê-lo. A maior dificuldade com problemas de ética empresarial desse tipo, não está em ser capaz de distinguir o certo do errado em uma situação teórica, mas sim, em reconhecer que os valores ideais estão sendo violados na prática.

O desafio para a empresa é, portanto, desenvolver com antecedência uma capacidade pessoal para superar obstáculos comuns à tomada ética de decisões face a problemas dos dois tipos. Vejamos agora algumas questões triviais que colocam o dirigente da empresa na mira moral a cada dia, envolvendo problemas éticos de responsabilidade empresarial.

- a) *Respondendo a Práticas Antiéticas* - Tome por exemplo a situação bastante difícil da transgressão generalizada em um setor industrial. Como o administrador moral responderá com integridade ao problema de corrupção em todo um setor industrial?! É muito complicado assumir ou não um posicionamento ativo, cooperando com os órgãos legais para expor a corrupção;

- b) *Ouvir o cliente* - Na mente da maioria dos administradores há uma conexão tática entre um serviço ao cliente, lucro e competitividade. Por exemplo, pode acontecer da empresa lançar um produto no mercado eficiente e de qualidade e dar-lhe um preço em que se obtenha um bom retorno. Logo o setor financeiro levantará um problema tático de fixação do preço, de financiamento e controle dos custos, mas não se envolverá com um dilema moral sobre falsidade ou prejuízo para os outros;
- c) *Determinações de Qualidade* - Quanto mais alta a qualidade, mais fácil é fazer negócios de forma ética. Se você tem um produto de qualidade, pode comercializá-lo de forma honesta. Se você tem um processo de fabricação e distribuição de qualidade, pode diminuir o preço sem comprometer a confiança do consumidor no produto. O maior empecilho dessa proposta de qualidade é a fixação no lucro, pois considerações de custo podem sufocar muitos impulsos éticos que contribuem para a administração de qualidade;
- d) *Evitando Situações de Conflitos de Interesse* - Em situações de conflitos de interesses, por exemplo, o raciocínio em termos de resultado financeiro pode ofuscar a consciência para outras motivações que talvez sejam contrárias aos melhores interesses da empresa; etc.

3.4. CONFLITOS DO SER ENTRE O SEU PENSAMENTO PARTICULAR E A SUA VISÃO EMPRESARIAL

Para lidar com as experiências sociais fragmentadas com as quais um indivíduo se depara, ele normalmente cultiva múltiplas imagens, cada uma com seu próprio ponto de referência e seus próprios valores. A força relativa de qualquer imagem está em fluxo constante. Não há nada demais em ser, ao mesmo tempo, uma pessoa de família, um técnico habilitado, um embaixador da empresa, um cidadão leal, um participante de uma seita religiosa e incentivador de um grupo de interesse público.

Como esses papéis não trazem necessariamente, valores idênticos, sua

- b) *Ouvir o cliente* - Na mente da maioria dos administradores há uma conexão tática entre um serviço ao cliente, lucro e competitividade. Por exemplo, pode acontecer da empresa lançar um produto no mercado eficiente e de qualidade e dar-lhe um preço em que se obtenha um bom retorno. Logo o setor financeiro levantará um problema tático de fixação do preço, de financiamento e controle dos custos, mas não se envolverá com um dilema moral sobre falsidade ou prejuízo para os outros;
- c) *Determinações de Qualidade* - Quanto mais alta a qualidade, mais fácil é fazer negócios de forma ética. Se você tem um produto de qualidade, pode comercializá-lo de forma honesta. Se você tem um processo de fabricação e distribuição de qualidade, pode diminuir o preço sem comprometer a confiança do consumidor no produto. O maior empecilho dessa proposta de qualidade é a fixação no lucro, pois considerações de custo podem sufocar muitos impulsos éticos que contribuem para a administração de qualidade;
- d) *Evitando Situações de Conflitos de Interesse* - Em situações de conflitos de interesses, por exemplo, o raciocínio em termos de resultado financeiro pode ofuscar a consciência para outras motivações que talvez sejam contrárias aos melhores interesses da empresa; etc.

3.4. CONFLITOS DO SER ENTRE O SEU PENSAMENTO PARTICULAR E A SUA VISÃO EMPRESARIAL

Para lidar com as experiências sociais fragmentadas com as quais um indivíduo se depara, ele normalmente cultiva múltiplas imagens, cada uma com seu próprio ponto de referência e seus próprios valores. A força relativa de qualquer imagem está em fluxo constante. Não há nada demais em ser, ao mesmo tempo, uma pessoa de família, um técnico habilitado, um embaixador da empresa, um cidadão leal, um participante de uma seita religiosa e incentivador de um grupo de interesse público.

Como esses papéis não trazem necessariamente, valores idênticos, sua

própria multiplicidade acarreta dificuldades éticas para o indivíduo. A fragmentação do eu, aspecto inevitável da vida moderna, pode freqüentemente representar impulsos morais conflitantes para uma pessoa.

Um administrador enfrenta continuamente conflitos internos entre aquilo que deveria fazer enquanto representante legal da empresa e aquilo que um indivíduo, amigo, consumidor ou cidadão pensaria ser certo. Uma das responsabilidades mais difíceis do executivo ético é manter em equilíbrio, ou mesmo integradas, as perspectivas não-empresariais e as obrigações gerenciais.

Todo gerente que se quer íntegro precisa abordar a questão da “persona” empresarial e os fatores que a tornam tão poderosa, pois, como gerente leal, são feitas continuamente concessões a essa “persona” para promover as necessidades da empresa.

Um dos principais meios de se estabelecer e fortalecer o ponto de vista da empresa é através da criação de uma entidade empresarial, chamada de imagem, reputação, ou simplesmente cultura, que pode exercer uma influência tremenda sobre a perspectiva e o sentido de propósito de um administrador. A obrigação de proteger e promover a imagem da empresa é particularmente relevante para o dilema de usar “dois chapéus” na empresa, o particular e o empresarial.

Para atingir a conduta ética no mercado, é importante usar esses dois chapéus. É preciso combinar melhor os valores e as obrigações de uma empresa e do indivíduo. Pensar em termos de relacionamento, permanecer orientado para o outro, universalizar a opinião, ouvir os pontos de vista externos, colocar-se no lugar do outro, todas essas abordagens não são infalíveis nem são o caminho para uma solução automática dos dilemas éticos no trabalho, mas ajudarão a criar vontade de colocar a infalibilidade empresarial dentro de uma perspectiva maior.

CAPÍTULO IV.

4. ÉTICA X RELIGIÃO

A religião é um assunto que anda tão em pauta quanto a ética. Milhares de pessoas todos os dias oram ao seu Deus e rogam diversas coisas, entre elas saber viver na sabedoria da sua religião. Mas, seria muito fácil se todas as pessoas tivessem uma única religião, e mais fácil ainda se esta "*religião centralizadora*" fosse totalmente de acordo com os padrões éticos aceitos.

Sabe-se que não é assim. Há muitos tipos de religião e cada um tem seus princípios. O que para uma é correto para outra pode já não ser. Assim como foi dito da ética, não existe uma maneira que se diga que é a correta de se louvar a Deus e em quais preceitos se deve acreditar.

Essa ramificação da igreja se deve ao fato de que os conceitos doutrinários são interpretados de forma diferente.

Sendo assim, iremos mostrar alguns assuntos polêmicos que são debatidos pela religião, mas falaremos de uma maneira genérica, ou seja, de uma forma que seja mais aceita pelas religiões.

É muito comum ouvirmos opiniões adversas sobre o mesmo assunto quando quem as dá são pessoas baseadas na sua fé e outras baseadas num código de conduta. Entre esses assuntos comentados, vejamos os mais citados.

4.1. ABORTO

O aborto é a interrupção da gravidez com a conseqüente morte do feto (produto da concepção). Desde a antigüidade até hoje, o aborto foi empregado como método de controle da natalidade. Ele consegue o controle da natalidade, não pelo impedimento da concepção, mas pela morte da vida recém-concebida. Sob o ponto de vista de sua moralidade, as atitudes variam muito nas culturas antigas.

Platão e Aristóteles aprovam-no como meio de impedir o excesso populacional nas pequenas cidades do Estado da Grécia. Aristóteles, contudo, era contra o aborto, quando a mãe se encontrava em estado avançado de gravidez.

Os sumérios, os assírios, os códigos de Hamurabi e dos persas, que vão desde 2.000 a 600 AC., proibiam o aborto e impunham punições severas àqueles que causavam a morte de uma criança nascitura. O juramento hipocrático, atribuído a Hipócrates, inclui o compromisso de não tratar uma mulher decidida a provocar um aborto. Uma vez que o infanticídio era moral e legalmente aceito, na antiga Roma, o aborto era considerado ainda menos questionável do que aquele. Era, contudo, punível, quando feito sem o consentimento do pai. A atitude permissiva de Roma mudou, quando a população começou a declinar, no segundo século depois de Cristo. A Roma imperial proclamou leis antiabortivas muito rígidas, para estancar a decadência moral e fortalecer a nação. O judaísmo e o cristianismo sempre foram contra o aborto, e assim foi a legislação civil do Ocidente, na era cristã, até os tempos presentes.

Após a segunda guerra mundial, apesar das leis restritivas e das severas punições impostas aos violadores, um número bastante grande de abortos ilegais foi realizado nos EUA e em muitas outras partes do mundo. Este fato foi uma das razões, aduzidas pelos advogados do aborto, para motivar os legisladores e as cortes a excluírem a sua proibição. Leis permissivas foram promulgadas por, aproximadamente, dois terços das nações do mundo, na última década, o que permite, agora, à mulher grávida, praticar o aborto a pedido.

A genética e a embriologia modernas oferecem um relato bastante detalhado sobre o desenvolvimento da vida humana. Esta começa com a união do óvulo e espermatozóide, e continua a crescer até o nascimento da criança. O desenvolvimento do ser concebido que continua ininterruptamente na criança recém-nascida, sugere que a vida humana está presente desde a concepção. Alguns, no entanto, sustentam que certos estágios podem ser apontados nesse crescimento, e que qualquer um deles poderia ser tomado como o início da vida humana.

A maioria dos filósofos contemporâneos, de tradição aristotélica, sustentam,

no entanto, que a forma substancial do homem, isto é, a "humanidade" está presente desde a concepção, porque somente a presença de uma causa especificamente humana pode explicar os efeitos humanos do crescimento teleologicamente ordenado dos conceptus para a criança completamente desenvolvida, que é, indubitavelmente, um ser humano.

Em seu último documento sobre o aborto, a Igreja Católica não tomou posição em relação ao momento em que a alma espiritual é infundida no conceptus. Esta questão foi deixada em aberto, como está claramente dito na nota dezenove, ao pé da página, da Declaração sobre o Aborto Internacional, feita pela Sagrada Congregação da Doutrina da Fé. A Declaração insiste, contudo, que, mesmo que a alma espiritual seja infundida depois do instante da fertilização, a vida humana está presente a partir do momento da concepção. Além do mais, mesmo que houvesse alguma dúvida quanto à "humanidade" do conceptus, não nos é permitido pôr em perigo a vida de um ser que, possivelmente, já é um ser humano com uma alma espiritual.

A Declaração insiste em que o problema do início da vida humana, não é um problema científico, mas filosófico e ético. O embrião contém a capacidade natural de desenvolver todas as atividades humanas: percepção, raciocínio, vontade e outras atividades correlatas. A morte significa o fim do crescimento natural, a cessação dessas habilidades.

4.1.1. VALORES CONFLITANTES NO ABORTO:

Todos os argumentos usados comparam o valor da vida humana em desenvolvimento com algum outro valor. O raciocínio é o seguinte: "no caso de valores morais conflitantes, quando apenas um valor pode ser respeitado, que a escolha lógica e moral seja em favor do valor maior". Vejamos:

1. **A vida da mãe** - Em alguns casos, a vida da mãe pode estar em perigo se continuar a gravidez. Um desses casos é o da gravidez ectópica. Esta ocorre quando o óvulo fecundado não desce até o útero, mas se implanta nas trompas

de Falópio e ali começa a desenvolver-se. O embrião não tem chance de crescer, até a viabilidade, e no decurso de seu crescimento, causará ruptura com hemorragia, pondo em perigo a vida da mãe. Aqui temos o caso de escolha entre duas vidas humanas. Somente a vida da mãe pode ser salva. Seria insensato não remover o embrião e deixar que ambas as vidas parecessem. A lei moral é racional e nunca nos obriga a fazer algo que vá contra a sã razão. Se, no entanto, houver casos em que, numa boa medicina, não se pode salvar ambas as vidas, o princípio ético permanece válido, a saber, é melhor salvar uma vida do que deixar morrer ambos os seres humanos

2. **Estupro e Incesto** - A mulher cuja gravidez é causada por estupro ou incesto é uma vítima de violência cruel e desumana. Estupro, em sentido jurídico, é o termo legal para uma relação sexual ilícita com uma mulher que consente e está abaixo da idade legal para poder permitir um consentimento livre, mas ajudará a esclarecer nossa avaliação moral, quando limitarmos nossa consideração ao estupro e ao incesto em que a mulher é forçada, contra sua vontade. Argumenta-se que, nestes casos trágicos, o grande valor da saúde mental de uma mulher que engravidou, em virtude de um estupro ou incesto, pode ser assegurado melhor através do aborto. Raciocina-se que o valor da saúde mental da mulher é maior do que o da vida do feto. Além do mais, sustenta-se que o feto é um agressor contra a integridade da mulher e da sua vida pessoal; é justo e moralmente defensável repelir um agressor, mesmo matando-o, quando este é o único meio de defender valores humanos e pessoais. Conclui-se, então, que o aborto é justificado nestes casos.

3. **Aborto Eugênico** - Um outro argumento em favor do aborto é apresentado pelos advogados do aborto eugênico: é melhor, para a criança, não nascer do que levar uma vida sobrecarregada de doenças, geneticamente mutilantes. O aborto é recomendado em casos em que certos defeitos são descobertos durante o desenvolvimento do feto. Os defeitos podem ser produzidos por vários motivos, entre eles: infecções virais; exposição à rubéola; uso de certas drogas durante a

gravidez; a talidomida; o álcool e o fumo; e distribuição irregular dos cromossomos. Argumenta-se que o aborto eugênico é feito, basicamente, por causa da criança e, apenas secundariamente, por causa da mãe ou de ambos os genitores

Fazer ou não o aborto é uma decisão muito difícil, a igreja acha que não existe justificativa para o aborto, mas nos casos acima não seria justificável? O papa se mantém contra até mesmo qualquer método contraceptivo, que dirá de um aborto?!

É preciso ponderar muito antes de tomar qualquer posição. O importante é que se tome uma atitude que, buscando o que for melhor para ambos, tente conciliar a sua fé com um comportamento ético, adequado para cada situação.

4.2. EUTANÁSIA

Segundo o Papa João Paulo II: "*Por eutanásia, em seu sentido verdadeiro e próprio, deve-se entender uma ação ou omissão que, por sua natureza e nas intenções, provoca a morte com o objetivo de eliminar o sofrimento*" (Evangelium Vitae, n.º 65).

A Igreja diz que "*a eutanásia é uma violação grave da lei de Deus, enquanto morte deliberada, totalmente inaceitável, de uma pessoa humana*". Tal doutrina está fundada sobre a lei natural e sobre a Palavra de Deus escrita, é transmitida pela Tradição da Igreja e ensinada pelo Magistério ordinário e universal" (Evangelium Vitae, n.º 65)

Já o atual Código Penal, com propriedade, não especifica o crime da eutanásia. O médico que mata seu doente alegando "compaixão" comete crime de homicídio simples, tipificado no artigo 121, com pena de 6 a 20 anos de reclusão.

Mas, está tramitando na Senado Federal, um projeto de lei 125/96, que está sendo elaborado desde 1995, estabelecendo critérios para a legalização da "*morte sem dor*". O projeto prevê a possibilidade de que pessoas com sofrimento físico ou psíquico possam solicitar que sejam realizados procedimentos que visem a sua própria morte. A autorização para estes procedimentos será dada por uma junta

médica, composta por 5 membros, sendo dois especialistas no problema do solicitante. Caso o paciente esteja impossibilitado de expressar a sua vontade, um familiar ou amigo poderá solicitar à Justiça tal autorização.

A Comissão de "Alto Nível" (constituída pelo Ministro da Justiça Íris Rezende para elaborar o Anteprojeto do Código Penal), porém, deseja fazer duas coisas. Primeiro, separar a eutanásia do homicídio. Segundo, dar à eutanásia uma pena menor (de quatro a dez anos de prisão) que a do homicídio comum.

A redação do parágrafo que se refere à eutanásia no anteprojeto diz: "*Art. 121 §3º - Se o autor do crime agiu por compaixão, a pedido da vítima, imputável e maior, para abreviar-lhe sofrimento físico insuportável, em razão de doença grave: Pena - Reclusão de três a seis anos.*"

A igreja não aceita essa forma de ver a eutanásia, para ela o máximo em que se pode chegar é à "*ortotanásia*" que ela entende como sendo a renúncia a tratamentos extraordinários que trariam apenas um prolongamento precário e penoso da vida, sem contudo interromper os cuidados normais (ordinários) devidos ao doente. Para a igreja, a ortotanásia é perfeitamente legítima (cf. *Evangelium Vitae*, n.º 65).

Para que se observe melhor a diferença entre eutanásia e ortotanásia, vejamos os exemplos:

- *ortotanásia* - É o caso de um doente de câncer, já em estado avançado, que renuncia a uma dolorosa operação que poderia apenas adiar um pouco sua morte iminente.
- *eutanásia* - é, por exemplo, a negação de alimento ou de soro (cuidados ordinários) a um paciente, a fim de que ele morra.

Mas, é preciso que se observe o desejo que o ser humano tem de levar uma vida normal. Será justo, mediante esta situação, ajudar a tirar a vida de um indivíduo, ainda que por sua própria vontade?!

A eutanásia pode acabar com o sofrimento de um ser e conseqüentemente de todos que estão pensando por vê-lo passar por isso. Mas pode alguém decidir se morrer é o melhor?! E se após a eutanásia surgir uma possibilidade de cura?!

Devemos lutar pela vida enquanto nos for possível, ajudando a todos que

podemos, inclusive àqueles que vemos todos os dias clamando por um prato de comida. Será que nós não estamos praticando um certo tipo de eutanásia quando nos negamos a ajudá-los a sobreviver?!

4.3. HOMOSSEXUALISMO

Esse assunto também está na lista de debates, o Projeto de Lei n.º 1151-A/95, de autoria da Deputada Marta Suplicy, que pretende legalizar o "casamento gay" entrou na pauta de votação no dia 25.06.98, mas não chegou a ser apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Esse projeto, já aprovado pela Comissão Especial, despertou um grande protesto da sociedade brasileira. A Igreja Católica, através de sua Comissão Episcopal de Pastoral, enviou correspondência aos deputados propondo a rejeição do projeto. O Cardeal do Rio de Janeiro, D. Eugênio de Araújo Sales, manifestou-se contrário ao projeto.

Não há dúvida que, em relação à homossexualidade, predominam, na igreja, a preocupação com o rigor doutrinal, e a desconfiança diante de certas conclusões éticas baseadas em dados da psicologia moderna. Ela encara com consternação, a tendência de "julgar com indulgência, e até mesmo a desculpar completamente, as relações homossexuais em determinadas pessoas". Prossegue afirmando que "Segundo a ordem moral objetiva, as relações homossexuais são atos destituídos da sua regra essencial e indispensável". Afirma, também, que elas são condenadas na Sagrada Escritura como graves depravações e apresentadas como consequência triste de uma rejeição de Deus.

Este juízo descrito na Escritura Sagrada atesta que os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados e que eles não podem, em hipótese nenhuma, receber qualquer aprovação".

A OAB, respondendo à consulta da autora do projeto, deputada Marta Suplicy e do relator, deputado Roberto Jefferson, manifestou-se contra o projeto pela sua "total inconstitucionalidade".

Na véspera (dia 24.06), foi entregue ao Presidente da Câmara, por uma comissão de deputados, sob a coordenação do deputado Severino Cavalcanti, um abaixo assinado com 120 mil assinaturas pedindo a rejeição do PL 1151-A/95. A esses abaixo-assinados, colhidos pelo Movimento Cristão contra aquele projeto, somaram-se 6 mil assinaturas, enviadas pelo Movimento Pró-Vida da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Sem nenhuma dúvida, a sociedade brasileira, através de representantes de seus vários segmentos, manifestou-se contrária à aprovação do "casamento gay".

No primeiro capítulo desse trabalho dissemos que a *"atitude ética é aquela que decorre de uma ação que esteja de acordo com quem a está praticando e que não resulte em desagrado da comunidade que este ser está inserido"*. Portanto, na atualidade, ou seja, na sociedade de hoje com seus valores e costumes, a prática do homossexualismo não é considerada uma atitude ética.

CAPÍTULO V

5. ESTUDO DE CASO

5.1. O CASO

O caso se passa em uma empresa de confecções. Participarão dessa estória, que é baseada num fato real, o contador da firma - Víctor, o dono da empresa - Augusto e o fiscal Sérgio.

Víctor está trabalhando na empresa num dia normal quando recebe a notícia da visita de um fiscal. Sérgio pede para conversar com o contador da firma e logo é encaminhado a Víctor.

Durante a conversa, Sérgio revela a Víctor que recebeu informações de fontes seguras e que sabe que o sistema de custos da empresa não está funcionando da forma correta. Víctor sabe que a informação procede e pergunta ao fiscal o que ele vai fazer.

Sérgio diz que se autuar a empresa, a multa paga por ela vai ser uma quantia bastante vultosa. No meio da conversa, ele sugere ao contador que converse com o dono da empresa para saber se eles não podem resolver o assunto "entre eles". Víctor diz que irá conversar com Augusto e explicar o que está acontecendo.

O contador, então, expõe todos os fatos ao dono da empresa. Este, diz que está aberto a negociações e pede que Víctor aja como um intermediador de tudo.

Víctor conversa com o fiscal e lhe dá a resposta do seu chefe. O fiscal faz uma proposta de quanto quer para não autuar a empresa e ainda diz que se tudo der certo, o contador terá uma "participação no lucro".

5.2. O ASPECTO ÉTICO E QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

É de conhecimento de todos que essa forma de tratar o caso é totalmente

ilícita e vai contra todas as determinações legais. A questão ética principal é se o contador deve aceitar atuar como intermediário e se pode aceitar receber dinheiro em troca dessa atuação.

A posição ética mais rigorosa é a de que os contadores jamais devem aceitar uma situação dessa, sob o risco de comprometer sua credibilidade e a sua classe profissional.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

5.2.1. DO PONTO DE VISTA DO CONTADOR

1. Pode o contador, sabendo que procede a informação do fiscal, tentar arranjar uma forma de que essa situação não venha à tona? ou seja, que mesmo estando errada a empresa não seja autuada?

Comentário - Por Lei, o contador deve denunciar a irregularidade de ambas as partes, do fiscal e da empresa. Mas, a própria lei civil brasileira protege o sigilo profissional, permitindo que o contador guarde segredo sobre as informações obtidas na empresa durante o exercício da sua profissão naquele local. Lhe sendo possível até, negar-se a depor contra o seu cliente ou testemunhar, a menos que seja requerido por quem o confiou. A virtude do sigilo e a importância da sua presença para o exercício de uma profissão, foram abordados no tópico "2.3." do capítulo II. dessa monografia.

2. O contador deve aceitar o papel de intermediador dessa situação, colaborando com essa situação?

Comentário - Sabe-se que é isso que o dono da empresa espera dele, que ele faça tudo que estiver a seu alcance para resolver a situação da melhor maneira possível para a firma. No caso do contador, considerando a realidade que vivemos, pode-se até dizer que isso faz parte das atribuições do cargo que ocupa.

Ele deve procurar outra pessoa que possa realizar essa ação, mas caso não

encontre, deve tentar resolver se envolvendo o mínimo possível. Além disso, deve ter consciência do que pode acontecer para todos e alertar o seu chefe dos riscos que correm.

3. Mesmo sabendo que não é ético ser o intermediador, caso a situação se resolva com um acordo entre fiscal e empresa, deve o contador aceitar o dinheiro que o fiscal quer lhe dar por ele ter ajudado?

Comentário - Em hipótese alguma se cogita que o contador aceite algum dinheiro. Não se justifica. Seria como ir de encontro a todas as justificativas descritas acima de agir pelo bem da empresa.

Se o contador realizou o pedido pensando em questões pessoais, ele foi de encontro a todos os princípios éticos. E se ele não pensou nisso no começo mas decidiu lucrar no final, ainda assim ele não está sendo coerente com os princípios difundidos na sua classe.

O que se espera dele é que ele devolva o dinheiro a quem quis oferecê-lo sem nem pensar por um segundo. Se ele não fizer isso a sua consciência ética jamais será a mesma.

5.2.2. DO PONTO DE VISTA DO EMPRESÁRIO

1. O empresário está correto ao tentar burlar a Lei e não pagar a multa que deveria?

Comentário - Apesar de estarmos vivendo em uma realidade que esse fato é corriqueiro, essa atitude é completamente errada. É preciso, quando se vai montar qualquer negócio, que se faça um estudo de todos os impostos que deverão ser pagos, os métodos de custeamento a serem utilizados, enfim tudo que a Lei irá exigir de uma empresa regulamentada.

2. É certo o empresário pedir ao contador para realizar a negociação com o fiscal?

Comentário - Posto que a atitude de tentar contornar a situação de maneira ilícita já

não é a recomendável, seria melhor que ele não envolvesse diretamente mais ninguém. Ele poderia, sim, pedir uma orientação ao seu contador para que pudesse ser alertado de todos os fatos, mas não pedir que o contador representasse a empresa em uma situação dessa.

5.2.3. DO PONTO DE VISTA DO FISCAL

1. O fiscal pode deixar de atuar a empresa para ganhar um "dinheiro extra"?

Comentário - Além da Lei que, é claro, foi transgredida, o fiscal foi contra a sua ética profissional. Ele passou por cima dos objetivos da instituição para quem trabalha para obter vantagens pessoais. Ele cometeu o crime de prevaricação que consiste exatamente em, "*retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de Lei para satisfazer interesses ou sentimentos pessoais*" - Holanda, Aurélio Buarque de. Sendo assim, foi de encontro a uma das mais básicas virtudes profissionais: a honestidade.

CONCLUSÃO

Todo ser passa, a todo instante, por dilemas de ordem ética. Seja em casa, no trabalho, ou em qualquer outro lugar, somos sempre levados a analisar nossas atitudes ponderando entre o certo e o errado.

Essa questão torna-se mais difícil porque não existe uma só resposta para cada situação. O certo e o errado mudam conforme o prisma sob o qual são observados.

Cada um deve estabelecer, na sua vida, valores e princípios que acredita e que está disposto a seguir, para poder se nortear mais facilmente. Porém, todo ser social sempre estará exposto ao que a sociedade em que ele está inserido pensa, portanto, além de ser coerente consigo, deve observar o que é e o que não aceita pelo meio em que se está inserido.

Irão existir muitas dúvidas em cada situação ao se tomar uma decisão, mas nesse trabalho que realizamos foram citados os mínimos valores necessários para se conviver bem.

A metodologia abordada de como aplicar ética nas empresas, espera-se, deixou uma luz de como tornar mais fácil colocar a ética na realidade empresarial sem que se esqueça o objetivo do lucro. Sabe-se que seria totalmente impossível conseguir a atenção de qualquer empresário ou até mesmo de poucas pessoas para um projeto em que não se esperasse retorno financeiro.

Hoje em dia está até um pouco mais fácil convencer as pessoas a optar pela “saída” ética, posto que fica muito mais difícil se relacionar no mercado depois de um escândalo. Depois de perder a credibilidade, para conquistar a confiança do público de novo, pode-se ter paciência e saber que vai ainda deixar de ganhar muito por um bom tempo, tudo isso em consequência de uma atitude tomada em um dado momento.

É importante também, saber tomar as atitudes de acordo com o meio em que se está relacionado, vimos que irão existir conflitos entre o que se pensa como pessoa e o que se espera como profissional. Deve-se, então, combinar da melhor maneira possível os valores e as obrigações de uma empresa e do indivíduo ponderando sobre todos os aspectos e tendo uma visão a longo prazo. Com uma estratégia de criação de valores e de atenção contínua aos relacionamentos, os dilemas terão menos chance de se tornarem conflitos intratáveis.

BIBLIOGRAFIA

1. ABREU, Ronaldo de. Ética nas Empresas. Brasil Rotário, Rio de Janeiro, ano 70, n.º 857, pág. 42, nov./93.
2. ALMEIDA, Mário de. Ética: Um princípio Sem Fim. Brasil Rotário, Rio de Janeiro, ano 69, n.º 845, pág. 08, nov./92.
3. ARRUDA, Adalberto. Ética e Humanidade. Brasil Rotário, Rio de Janeiro, ano 70, n.º 865, pág. 50, jul./94.
4. COSTA, Wladimir Domingues da. A Ética e a Atualidade. Brasil Rotário, Rio de Janeiro, ano 70, n.º 861, pág. 57, mar/94.
5. DELGADO, Arlindo C.; Ética como fundamento da Compreensão Mundial. Brasil Rotário, Rio de Janeiro, ano 74, n.º 906, pág. 40-41, dez/97.
6. FERNANDES FILHO, João. Ética. Brasil Rotário, Rio de Janeiro, ano 70, n.º 866, pág. 63, ago/94.
7. FERREIRA, Rubens Hosken. Ética Profissional. Brasil Rotário, Rio de Janeiro, ano 70, n.º 867, pág. 25-26, set./94.
8. GUIMARÃES, Álvaro Leite. A Ética nas Profissões. Brasil Rotário, Rio de Janeiro, ano 69, n.º 849, pág. 27, mar/93.
9. HERNÁNDEZ, Carlos Alberto. Ética em Rotary. Brasil Rotário, Rio de Janeiro, ano 70, n.º 859, pág. 21, jan/94.
10. MACIEL, Terezinha J.P.; Metodologia do Trabalho Específico, Fortaleza, Faculdades Integradas Christus, 1998.
11. MALINVERNI, Júlio César. A importância da Ética. Brasil Rotário, Rio de Janeiro, ano 69, n.º 853, pág. 26, jul./93.
12. MARTINS, Noedi Bittencourt. A Ética Como Credo. Brasil Rotário, Rio de Janeiro, ano 71, n.º 880, pág. 27-28, out/95.

13. NASH, Laura L.. *Ética nas Empresas Boas Intenções à Parte*, São Paulo, Editora McGraw-Hill Ltda., 1993, 239 págs.
14. PADILHA, Tarcísio. *Ética e poder Público*. *Brasil Rotário*, Rio de Janeiro, ano 72, n.º 893, pág. 37-38, nov./96.
15. RUSCHEL, Lauro. *Ética Profissional*. *Brasil Rotário*, Rio de Janeiro, ano 68, n.º 840, pág. 32, jun./92.
16. SÁ, Antônio Lopes De. *Ética Profissional*, São Paulo, Editora Atlas, 1996, 193 Págs.
17. SILVA, Francisco José da. *Valorização Econômica do Meio Ambiente - Pressupostos Éticos*. Fortaleza, 1997. Trabalho Acadêmico - Faculdade de Economia, Universidade Federal do Ceará.
18. VASCONCELOS, Cinara Gomes de. *A Auditoria Independente e a Ética Profissional*. Fortaleza, 1995. Monografia (Graduação) - Faculdade de Contabilidade, Universidade Federal do Ceará.